

A LIBERDADE EM CORES: UMA ANÁLISE DE *NINGUÉM PARA ME ACOMPANHAR*, DE NADINE GORDIMER

Suzy Silveira Lima¹

Orientador: Francisco Carlos Carvalho da Silva²

Resumo: O presente artigo analisa o romance *Ninguém para me acompanhar* de Nadine Gordimer de acordo com o contexto da opressão e da segregação racial na África do Sul entre 1948 a 1994, também apresenta os reflexos do pós-regime para a vida pessoal, a luta em busca da identidade perdida. Para entender a obra se faz necessário conhecer o regime segregacionista e a situação vivida pelos negros naquela época. O artigo faz uma breve explanação a respeito da opressão e do racismo ao longo dos anos, direcionando para o contexto sul africano, apresenta o regime do *apartheid* e os principais líderes e movimentos da época.

Palavras - chave: Opressão. Racismo. *Apartheid*. Segregação.

Abstract: This article analyzes Nadine Gordimer's novel *None to accompany me* according to the context of oppression and racial segregation in South Africa between 1948 and 1994, it also presents the reflections of the post-regime for personal life, the struggle in search for the lost identity. To understand this novel it is necessary to know the apartheid regime and the situation experienced by blacks at that time. The article makes a brief explanation about the oppression and racism over the years, pointing out to the South African context, presents the apartheid regime and the main leaders and movements of that time.

Key – words: Opression. Racism. *Apartheid*. Segregation.

Sabemos que grande parte da humanidade é ou já foi vítima de opressão, que pode ser verificada em situações concretas como a miséria, a desigualdade social, a exploração do trabalho humano, as relações autoritárias, o preconceito racial, etc., situações que fazem o homem viver em condições limitadas anulando sua liberdade de optar e seu poder de realizar.

Segundo Marx (2003) a opressão do homem pelo homem iniciou-se com a opressão da mulher pelo homem. Para Marx essa opressão teve início na própria família. Com a reversão do direito materno (na era primitiva os filhos pertenciam somente a genes maternos, com o passar dos tempos à medida que os homens adquiriam bens precisavam de herdeiros, conseguindo assim por direito a filiação masculina e o direito hereditário paterno), os homens passaram a governar a casa e explorar a mulher tanto nos trabalhos domésticos, como transformá-la em objeto sexual e de reprodução.

¹ Graduanda em Letras/Inglês pela Universidade Estadual do Ceará - Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central. (UECE/FECLESC)

E-mail: suzylima24@yahoo.com.br

² Mestre membro do departamento de Letras Universidade Estadual do Ceará - Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central. (UECE/FECLESC)

E-mail: Carlos.oak@hotmail.com

A partir de então a opressão passou a existir de outras maneiras, seja por razões morais, sociais, políticas, econômicas ou até mesmo raciais. Seres “humanos” com condições de vida elevada que não se importam com os menos favorecidos, e ainda tratam com descaso os mesmos, oprimindo por julgar ser o melhor ou simplesmente por ter a cor da pele diferente.

Para Marx a exploração e a alienação se agravaram com a chegada do capitalismo: a obsessão tipicamente capitalista pelo lucro intensifica a opressão, a miséria dos desfavorecidos. Assim, podemos afirmar a partir das palavras de Marx que a ambição pelo dinheiro e pelo poder faz com que o ser humano torne-se um ser opressivo e alienado em relação ao próximo, independente de quem seja o próximo.

Freire (1970) afirma que para os opressores o que vale é ter mais e cada vez mais, à custa, inclusive, do ter menos, ou do nada ter dos oprimidos. Com estas palavras Freire confirma o pensamento de Marx acerca da influência do capitalismo na opressão do próximo. Ser superior acima de qualquer coisa, nem que para isso tenha que oprimir alguém usando-o de forma que venha a favorecer o seu crescimento econômico.

A opressão do homem branco para com o negro é uma das que mais se destacou ao longo da história. Por serem de raças diferentes, o homem branco sentia-se superior à raça negra ou qualquer outra que não a sua, tornando a raça negra a mais oprimida em todos os tempos.

De acordo com Klineberg (1966) podemos, pois definir uma raça como um grande grupo de homens, que possuem em comum certas características físicas determinadas por hereditariedade. Por definição, os caracteres que distinguem as raças humanas são morfológicos.

Embora diferentes fisicamente e em aspectos culturais uma raça não pode ser separada por diferenças de cor de pele, de cabelo, altura, peso; características naturais do ser humano. Somos diferentes aparentemente, mas somos portadores dos mesmos sentimentos, somos humanos e isso nos torna igual.

O racismo ou preconceito de raças envolve não somente negros como qualquer outra raça. Para melhor definirmos a expressão “racismo” recorreremos ao dicionário Larousse: “*Racismo. s.m. Sistema que afirma a superioridade racial de um grupo sobre outros, (...)*”. Ou seja, colocar um grupo em situação de inferioridade pela cor da pele em detrimento de outra que se julga superior. Embora o racismo envolva raças de maneira geral, trataremos aqui apenas do preconceito racial para com a raça negra. Sendo assim, o preconceito racial nesse sentido muitas vezes foi motivo de exploração da raça. Buscando ascensão econômica à custa

do trabalho escravo, julgando estes como seres dominados que deveriam obedecer às regras dos dominantes.

No pensamento expresso por Santos (1941) o racismo não faz parte da natureza humana. Nasceu talvez da necessidade de defender o seu espaço; e é apenas uma instituição irracional de prolongada duração. A partir das palavras de Santos notamos que o homem branco passa a agir irracionalmente por ambição ou alienação pelo poder econômico transformando-o em um ser dominante, explorando o homem negro, obtendo lucros com mão de obra barata e o trabalho não remunerado. Porém nos deixa a refletir sobre a atualidade, onde ainda existe o preconceito contra o homem negro, pelo simples fato da cor, mesmo sabendo que o homem negro venceu barreiras ao longo dos tempos, e que mesmo possuindo cargos altos na sociedade, ainda são alvos de racismo.

Não é possível afirmar exatamente quando surgiu a escravidão, que foi uma forma clara de racismo contra os negros, sabe-se que pelo menos desde o século X os negros começaram a ter sua mão-de-obra utilizada pelos portugueses no plantio da cana-de-açúcar. E entre os séculos XVI e XIX, milhões de escravos foram traficados, por portugueses, espanhóis, ingleses e franceses. Os negros escravizados eram submetidos a uma condição de vida extremamente sofrida, eram comprados como uma mercadoria qualquer e tratados como máquinas que deveriam produzir o máximo possível independente da força e do horário de trabalho, eram obrigados a aceitar ordens, do contrário seriam castigados. Castigos esses totalmente cruéis para um ser humano.

Com o pensamento predominante de que algumas raças eram superiores a outras, nasceu em vários países um idealismo baseado na crença de que havia uma raça superior e que as minorias deveriam ser submetidas ou exterminadas. Surge então em 1865 no sul dos Estados Unidos após a guerra civil americana, a Ku Klux Klan, também conhecida como KKK, um conjunto de grupos racistas movidos pelo interesse de extinguir a raça negra, impedindo assim a integração social dos negros recém-libertados. Dessa forma, não poderiam adquirir terras ou votar. O nome vem do grego “kuklos” que significa círculo e “clan” que vem do inglês e significa partido. A identidade dos membros do clã não era divulgada, uma vez que vestiam roupas brancas e cobriam o rosto com capuzes. Em 1872 o grupo foi reconhecido como terrorista e foi banido dos Estados Unidos. Ressurgindo em 1915 na cidade de Atlanta, estado da Geórgia, chegou a quatro milhões de participantes em 1920. Desta vez usavam como símbolo uma cruz em chamas, porém sua popularidade caiu durante a grande

depressão e durante a Segunda Guerra Mundial e em 1944 a organização acaba pela segunda vez. A organização existe até os dias atuais, mas não com a mesma força de antes.

O estado do Mississippi foi bastante prejudicado com os atos da KKK. Em 1988, Alan Parker passa para o cinema a triste história da insanidade sulista norte-americana no filme *Mississippi em Chamas*, baseado em fatos reais, o filme se passa no ano de 1964, retratando a realidade da época, a discriminação racial e os ataques violentos da Ku Klux Klan à comunidade negra, mostra as perversões de uma sociedade racista, em que negros vivem sujeitos a uma série de desumanidades, não tendo direito a voto, sendo proibidos até de comer na mesma mesa que brancos. Conformados com sua sina, temerosos de perder o pouco de vida que lhes resta, evitam contribuir com os investigadores que se propõem a quebrar o status quo (situação em que vivem), do qual fazem parte os policiais locais, muitos deles integrantes da Ku Klux Klan, grupo extremista branco que defendia bandeiras conservadoras através de métodos terroristas. No filme, a fala da personagem Sra. Pell, interpretada por Frances McDormand, aponta que os partidários do grupo racista “justificam” a violência contra os “pretos” na religião, quando a mesma personagem diz que a segregação é ensinada aos jovens na escola e que a mesma está presente na Bíblia: “Engrandeça Deus a Jafé, e habite-o nas tendas de Sem; e Canaã lhe seja servo”. (GÊNESIS 9, 27)

Durante muito tempo os teólogos buscaram argumentos na teologia para justificar tal preconceito. Segundo eles no livro Gênesis, capítulo nove, Noé pai de todas as nações que povoaram a terra depois do dilúvio, embriagou-se com vinho e seu filho mais novo Cão pai de Canaã viu a nudez do pai e contou aos irmãos, que vestiram o pai fechando os olhos para não o verem nu. Quando Noé soube o que acontecera amaldiçoou a descendência do filho mais novo: “Maldito seja Canaã, que seja servo dos servos a seus irmãos”. Esse argumento servia de justificativa para as ações injustas que acometiam a população negra, segundo eles a geração de Canaã seria a raça negra, condenada a servir seus irmãos brancos. No livro de Gênesis, são enumerados os locais em que esses se fixaram. Conforme Cornevin (1979), de nenhum deles pode-se dizer que seja o atual continente africano. Entretanto, conforme a leitura dos bôeres (também designados africânderes eram descendentes dos colonos brancos; alemães, holandeses e franceses, que se estabeleceram na África do Sul no século XVI, até o século XVIII os bôeres foram a maior força da expansão europeia na região usando de violência e de uma política autônoma), a África teria sido o destino dos malditos, dos “progenitores da raça negra”. Atualmente já não usam essa justificativa, mesmo assim, ainda acreditam que os africânderes foram um povo escolhido por Deus.

Atualmente a população da África do Sul é constituída por 77% negros, 12% brancos, 8,5% mestiços e 2,5% asiáticos, o que a faz ser chamada de nação arco-íris devido à mistura de raças existentes no país.

A África do Sul foi descoberta pelos portugueses em 1497, quando Vasco da Gama estava em busca de uma nova rota marítima para as Índias, contudo o processo de colonização só foi iniciado em 1652, conduzido pelos holandeses.

Zuma (1980 apud Pereira, 1986, p.34) explica que “Quando houve os primeiros contatos do colonizador com a nação africana, houve simultaneamente início do processo de rapto de nossas terras... Dividiram e administraram nosso país sem participação nacional”.

De acordo com Zuma embora a população africana que já habitava seu território fosse maioria, isso não foi o suficiente, os colonizadores não só se apropriaram de suas terras como os colocaram em um sistema de separação de terras, reduzindo a apenas 13% a posse legal dos africanos em seu próprio território. Impedidos de habitarem a própria terra e ainda ter que trabalhar duro para favorecerem aos colonizadores. Assim, eles passaram a ser explorados pelos brancos, perdendo não só o direito a sua terra nativa como os direitos de cidadãos.

As fazendas cresceram à custa do trabalho escravo de povos africanos e asiáticos. Os bôeres então colonizadores tinham como objetivos aumentar o território das fazendas e capturar mais escravos para mão-de-obra. No final do século XVIII havia cerca de 25 mil escravos servindo 20 mil europeus. Mesmo após a abolição os bôeres continuaram sua política independente, buscando novas regiões para estabelecer suas fazendas de escravos. Em 1852, fundaram duas repúblicas independentes, o Transvaal e o Estado Livre de Orange; seu principal objetivo era estabelecer uma opressão racial por meio da segregação. Nessas repúblicas os nativos da África do Sul não tinham os mesmos direitos que os brancos, não podiam votar, nem mesmo terem propriedades, não podiam estar em determinados locais e nem ao menos falar com os brancos.

A partir de 1911, a minoria branca, composta de bôeres e descendentes de britânicos, promulgou uma série de leis que acabou consolidando o poder deles sobre os negros. Ou seja, estava fundamentada a política de separação racial do *apartheid*. (Grandes Líderes da História, p.7).

Por mais que já habitassem em suas terras os nativos da África foram obrigados a abrirem mão de seu território e ainda foram submetidos a tratamentos cruéis de racismo, sendo isolados dos demais, e não compartilhando dos mesmos direitos mesmo tendo que

trabalhar mais para engrandecer os brancos, dominadores. Mesmo após a abolição eles continuaram sendo tratados como escravos e sujeitos aos piores tratamentos já vistos pela humanidade. E em 1948 ficam estabelecidas as leis do *apartheid*, o que antes já era feito, agora seria feito legalmente, obrigatoriamente.

Em língua afrikaans, *apartheid* significa “separação”. Na sua acepção mais comum, pode traduzir-se por 'identidade separada' e designa a política oficial do governo sul-africano no que diz respeito aos direitos sociais e políticos e às relações entre os diversos grupos raciais dentro da União. O *apartheid* não pode, pois, ser traduzido simplesmente como 'racismo' ou 'discriminação racial', constitui um sistema social, econômico e político-constitucional que se baseia em princípios teóricos e numa legislação ad hoc. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1995, p. 54).

Isso significa que além da prática do preconceito racial, existia também a opressão por fins econômicos, sociais e políticos, baseados em princípios teóricos e nas leis criadas para este fim.

A segregação racial na África existiu desde a invasão holandesa no século XVII, separando a minoria branca da minoria negra. O termo *apartheid* refere-se à política de separação racial implantada na África do Sul. De acordo com este regime, a minoria branca, os únicos com direito de voto, detinha todo o poder político e econômico no país, enquanto a grande maioria negra era obrigada a obedecer estritamente às leis separatistas. A política de segregação racial foi oficialmente criada em 1948 com a chegada do Novo Partido Nacional (NNP) ao poder. Durante o *apartheid* não era permitido aos negros o direito ao voto, nem tão pouco adquirir terras. Em grande parte do país, os negros eram obrigados a viver em zonas separadas, uma espécie de confinamento. Os casamentos e relações sexuais entre pessoas de diferentes grupos étnicos também foram proibidos. Este regime foi orientado por um conjunto de leis adotadas pelo governo. A seguir mostraremos algumas das leis do *apartheid*, retiradas do livro “*Apartheid o horror branco na África do Sul*” de Francisco José Pereira:

. É ilegal que uma pessoa branca e uma negra tomem juntas uma xícara de chá num café de qualquer lugar da África do Sul sem que obtenham permissão especial para fazê-lo.

. Se um negro senta-se num banco em parque público destinado a uso exclusivo para brancos, como forma de protesto ao *apartheid*, comete delito com multa ou prisão de até três anos, ou pena de até dez chicotadas.

. Se um sul-africano ou estrangeiro branco casa-se com uma mulher de cor no exterior onde estes casamentos são legais, este vínculo não terá valor algum na África do Sul e os cônjuges são levados a juízo se entram no país. (PEREIRA, 1986, p.59)

Estes são apenas três dos duzentos enunciados existentes na legislação do *apartheid*. Baseando-se neles podemos imaginar o quanto essas pessoas foram privadas de seus direitos, proibidas de fazerem suas vontades e viverem livremente em seu local de origem.

Conforme Pereira (1986): “O *apartheid* na África do Sul é, seguramente, a forma mais cruel de dominação social no mundo presente. Trata-se do mais exacerbado racismo e dominação branca no continente”. O autor reforça a crueldade presente neste regime, e nos faz refletir se esse racismo, ou até mesmo essa separação injusta realmente acabou. É claro que as leis não existem mais, porém as reações internas de aceitação pessoal de alguns indivíduos ainda colaboram com essa discriminação. A verdade é que de certa forma todo esse preconceito de raças mesmo oculto em alguns casos continua a existir.

De acordo com Cornevin (1979): “a África do Sul foi a única nação do mundo que incluiu o racismo na sua Constituição e foi também o único país em que a cor da pele determinou inelutavelmente a categorização dos cidadãos na hierarquia social”.

A autora afirma que o *apartheid* surgiu inicialmente como uma forma de separação das raças, mas posteriormente essa doutrina baseou-se em uma forma de desenvolvimento separado – uma ideia de desvincular os negros do desenvolvimento da sociedade branca.

A ideia principal deste regime de separação era manter a minoria branca no poder. Cerca de 20 milhões de pessoas tiveram suas vidas transformadas da noite para o dia. Não que tivesse sido diferente nos anos anteriores, tendo em vista que desde a época da colonização essas pessoas já sofriam o preconceito e a exploração do trabalho; porém com a confirmação das leis e dos códigos civis e criminais a situação piorou consideravelmente.

Como resposta à política separacionista, começam a surgir as primeiras lideranças e manifestos com objetivo de combater o *apartheid*. Um dos eventos de resistência mais conhecidos, na época em que o regime vigorou, foi o chamado Massacre de Shaperville, onde a polícia reprimiu 20 mil negros que protestavam contra a Lei do Passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, onde estavam escritos os locais onde poderiam transitar. Sessenta e nove pessoas foram mortas a tiros e 186 ficaram feridas, entre elas mulheres e crianças.

Em 1912 foi fundado o CNA (*Congresso Nacional Africano*) o mais antigo movimento de libertação organizado no continente. Esta organização expressava-se através de um nacionalismo limitado, que implorava a classe branca, compreensão entre brancos e negros. Essa prática ocorreu até 1943, quando o congresso adota as chamadas reivindicações africanas, e o pedido de compreensão que antes era implorado foi substituído pela

proclamação de que os africanos têm direito a cidadania completa. O CNA conseguiu aliados importantes na frente da oposição ao governo entre os anos de 1947 e 1952. Desde 1951, Nelson Mandela, era o presidente da Liga Jovem, que era subordinada ao CNA, porém tinha autonomia para organizar suas próprias manifestações. O esforço dos jovens era voltado para ter a população em manifestações não violentas. Em Dezembro de 1952 Mandela foi eleito delegado-presidente do CNA. No mesmo mês publicaram a “Carta da Liberdade³” um manifesto contra a opressão e a discriminação imposta pelo *apartheid*.

Depois de muitas tentativas e com o Massacre de Shaperville o CNA se deu conta que não ia adiantar tentar estabelecer um diálogo com o Partido Nacional e começou a reagir violentamente.

Nelson Mandela tomou a frente nas manifestações pacíficas, pedindo direitos iguais aos brancos, porém foi acusado por meio do ato de supressão comunista e condenado a 9 meses de prisão, tendo a sentença suspensa por 2 anos, entretanto o líder ficou impedido de participar de encontros e reuniões. Ao final de 1952, o líder já estava engajado na luta pelos direitos dos negros. No ano seguinte, o julgamento por traição levou Nelson Mandela e 150 companheiros ao tribunal por alta traição o que poderia desencadear em uma incriminação grave ou até pena de morte. Porém, só em 1962, foi preso e condenado a cinco anos de prisão, por incentivo a greves e viagem ao exterior sem autorização. Em 1964, Mandela foi julgado novamente e condenado a prisão perpétua por planejar ações armadas. Permaneceu preso de 1964 a 1990.

Mesmo na prisão durante todos esses anos, nunca desistiu de lutar contra esse regime, conseguiu enviar cartas para organizar e incentivar a luta pelo fim da segregação racial no país. Neste período de prisão, recebeu apoio de vários segmentos sociais e governos do mundo todo. No período em que esteve preso amadureceu suas ideias, e quanto mais longe da liberdade, sabia que continuava sendo um exemplo de luta contra o *apartheid*. Segundo Mandela havia discriminação racial dentro da própria prisão, dietas melhores para os não negros. A comunidade mundial elegeu Mandela prisioneiro como símbolo do movimento anti *apartheid*. Mark Israel (1999) escrevendo sobre os exilados no Reino Unido nos fala sobre o surgimento dos primeiros rumores de que o fim da ilegalidade estava próximo.

No dia 2 de fevereiro de 1990, alguns exilados foram despertados com telefonemas da África do Sul. Cópias vazadas de uma declaração a ser feita por De Klerk [o Presidente à época] revelavam uma mudança fundamental na política do governo sul-africano, os rumores foram confirmados mais tarde naquele mesmo dia. De

³ <http://paxprofundis.org/livros/cartliberd/cartliberd.htm> Acesso feito em 18-04-2012.

Klerk, em seu discurso presidencial ao Parlamento, anunciava que pretendia realizar reformas significativas ao *apartheid*. Nelson Mandela deveria ser libertado. Nove dias depois, ainda confusos, os exilados esperavam, ao lado dos aparelhos de TV, que Mandela atravessasse os portões da prisão. Foi um momento de definição para toda uma geração, um dia de que todos os sul-africanos ainda se recordam. Em Londres, realizaram-se comemorações para marcar o retorno da legalidade política. (...) O clima festivo perdurou por todo o mês. (ISRAEL, 1999. p. 202)

Comemorar o fim, porém as marcas construídas ao longo de todo esse tempo jamais serão esquecidas. Entre 1990 e 1994, morreram mais sul-africanos do que entre 1948 e 1990. Os conflitos armados continuaram acontecendo. Em 1993, Mandela ganhou o prêmio Nobel da Paz e em 1994 foi eleito presidente da África do Sul. Sua principal tarefa como presidente foi reestruturar a situação nacional e internacional do país.

Assim como Mandela, outras pessoas participaram da luta anti *apartheid*. Entre eles: Walter Sisulu, Oliver Tambo, que também eram ativistas e membros do CNA e o Bispo Desmond Tutu que ganhou notoriedade na década de 1980 pela luta contra o *apartheid*. Alguns escritores da época também buscavam indiretamente através de suas escritas exporem sua revolta contra esse regime. Dentre eles podemos citar J. M. Coetzee e Nadine Gordimer, objeto de estudo na presente pesquisa.

Gordimer nasceu no Transvaal em 1923, sua mãe impressionada com o modo como as crianças negras eram tratadas, abriu uma creche para dar apoio gratuito a essas crianças. Aos nove anos Gordimer escreveu seu primeiro conto que foi publicado na sessão infantil da revista sul africana FORUM quando a autora tinha aproximadamente 15 anos. Desde então suas escritas refletem as dificuldades de comunicação entre brancos e negros em seu país e as grandes diferenças entre eles em consequência do regime *apartheid*. A política é uma temática recorrente em suas obras. Para entender suas obras é preciso conhecer a história de seu país. Sua aversão ao *apartheid* expostas em suas obras fizeram com que a mesma tivesse algumas de suas obras banidas na África do Sul. Grande observadora da sociedade através de suas obras o leitor consegue enxergar como era a vida na África do Sul.

Segundo Clingman (apud GORDIMER, 1992) na África do Sul, Nadine Gordimer pertence, como ela mesma diz, a uma minoria dentro da minoria. Ou seja, Gordimer naquela época pertencia ao grupo de brancos que eram contra o sistema *apartheid*, considerados minoria dentro da minoria, tendo em vista que os brancos já eram minoria em relação aos negros.

A autora recebeu vários títulos Honoris Causa e o Nobel de Literatura em 1991. Seu trabalho, portanto, serve para descrever as transformações na África do Sul, estando no centro

destas transformações Gordimer transmite-nos sua visão sobre elas, não só das transformações que ocorrem na sociedade bem como as transformações pessoais decorrentes dos fatores sociais. A autora em estudo é uma figura de destaque da literatura mundial. Exemplificando uma crença, agora aparentemente esquecida em uma cultura literária que tem sido atacada pelo superficial, mostrou ao longo dos anos que um escritor pode ser porta-voz de uma época, ou observador incansável da verdade moral e psicológica. Ela abordou a violência do *apartheid*, a duplicidade, a tensão física e perversão da normalidade do estado totalitário. Em romances como *The Conservationist* (1974), *A Filha de Burger* (1979) seus personagens lidam com o exílio, o compromisso, a exploração e a alienação.

Gordimer lida com o problema de pertencer a uma sociedade segregada. Embora em meio a todo o sofrimento da nação, não fugiu da situação, encarou-a da melhor maneira, lutando por seus ideais. A autora tem com sagacidade grande habilidade e controle formal, explorou a atenuação da moralidade em sistemas políticos que distorcem a interação humana. Seu trabalho explora a intimidade, as profundezas do desejo, as traições múltiplas de relacionamentos humanos, e as muitas maneiras de aprender a lidar com as pessoas em um mundo que perdeu a sua cabeça. Atualmente a escritora africana luta contra o alto índice de AIDS na África do Sul.

Em um país marcado pela injustiça e a violência, com alguns amigos morrendo, no exílio ou ainda na clandestinidade, Nadine Gordimer logo percebeu o quanto os afetos de qualquer pessoa dependem de uma série de fatos e acontecimentos políticos. Gordimer então escreveu *Ninguém para me acompanhar* (1994). O livro explora relações entre a política e o modo como as pessoas conduziram sua vida pessoal com o fim do *Apartheid*. É um romance radical e complexo, rico com o peso da história; a volta dos exilados, o fim do regime *Apartheid*. Escrito no período entre a liberdade de Nelson Mandela e as eleições que o elegeram presidente da África do Sul, Gordimer examina em sua obra o potencial desta mudança e os significados de libertação e autonomia de ambos os níveis nacional e pessoal, proporcionando ao leitor uma reflexão profunda sobre a condição em que o homem negro viveu naquele período e fazendo um paralelo com o que se vive hoje. As mudanças políticas ocorrendo juntamente com as possíveis mudanças psicológicas. Novos meios de encarar a vida depois de uma longa jornada de sofrimento.

A trama tem como personagem principal uma advogada de uma fundação Sul-Africana cujo objetivo era garantir o acesso dos negros à terra. Vera Stark vive as emoções de

lutas políticas, de perseguições e de injustiças frente a frente com negros e brancos cada qual defendendo o mais bravamente possível seus pontos de vista e seus interesses.

Sobre a Fundação o narrador nos mostra que a mesma surgiu em resposta a triste situação das comunidades negras que se tornaram em grande medida apenas uma bagagem, a ser transportada e largada, segundo a lógica que dita o distanciamento dos negros da proximidade com os brancos. (GORDIMER, 1994, p.19)

Gordimer usa o termo bagagem para identificar o tratamento dado aos negros, um simples objeto que está sempre indo de um lugar para outro. Assim eram os negros, quando tiveram suas propriedades destruídas ou tomadas, tornaram-se então os invasores da história em busca de um local para morar.

...funcionários do governo comandavam o pessoal adequado (...) para reduzir a pó os lares de uma comunidade, empacotar habitantes e seus pertences (...) e transportá-los para uma área designada pelo departamento adequado (...). Talvez houvesse permissão para levar um treco ou outro que ficasse intacto depois da demolição das casas (...) mas vacas e cabras tinham de ficar para trás; do que se alimentariam os animais num estirão da savana, desmatada e aplanada para a mais miserável ocupação humana? (GORDIMER, 1994, p.19)

O governo destruía os lares e os tratava como bagagens, como objetos sem valor algum, eram transportados para localidades próximas a fazendas, e eram proibidos de levarem seus animais a locais onde era impossível a sobrevivência de qualquer ser ou espécie. Poucos recebiam barracas de lona ou folhas de zinco para construírem seus barracos. O descaso da situação fez com que os mesmos invadissem propriedades abandonadas ou pouco frequentadas, em busca de espaço para morar. Porém, os fazendeiros não cediam e buscavam soluções junto ao governo para conseguirem benefícios em prol da situação. A ficção de Gordimer descreve a realidade da época, a maneira como os negros eram tratados pelos políticos e pelos brancos, mesmo vencendo as leis do *apartheid*, a situação não mudou muito, pelo menos não tão rápido.

Seria possível formular a hipótese de que, na África do Sul, os ataques às fazendas, os crimes de brancos contra negros e negros contra brancos, ou seja, essa forma não civilizada para os padrões ocidentais, de regulação de conflitos, esteja relacionada à ausência de uma estrutura de representação de interesses e de organização e encaminhamento de demandas, aliada a uma história de ódio racial. É claro que outras condições sociais contribuem para que a regulamentação passe pelo recurso à força, como o controle exercido pelos fazendeiros brancos sobre a polícia e a justiça, garantindo-lhes a impunidade.

O procedimento adotado para pressionar o governo no sentido de restituir as terras confiscadas à população pelos ingleses em 1913 era redistribuir terras concentradas nas mãos dos brancos e garantir direitos sociais e posse da terra para os que nela trabalham, estas eram as medidas previstas na legislação pós-*apartheid*. Porém como o poder está sempre a favor dos mais favorecidos a situação era convertida e ao invés de redistribuir as terras, eles queriam criar as *townships* (povoados constituídos por negros e mestiços na África do Sul) para que os negros pudessem pagar para morar lá, uma espécie de aluguel, retirando assim dos menos favorecidos, mais uma vez o que era deles por direito, a terra.

Assim podemos observar a opressão existente, a ânsia pelo poder de dominação estabelecida entre os brancos, refletida no ponto de vista do fazendeiro Tertius Odendaal, que se recusa a negociar a oferta da sua terra para os invasores:

Odensville é a minha township que ainda não foi oficializada, não tem ninguém morando em Odensville, ninguém! Toda essa gente está violando a propriedade alheia (...) vou botar todo mundo para correr das minhas terras, vou botar fogo na tralha todas deles... Eles não são de nada. (GORDIMER, 1994, p.30 e 31)

As implicações de ansiedade são vistas no fato de que a raça e outras divisões não desaparecem por causa da euforia de transformação. Que essas divisões ainda estão lá refletidas na atitude de Odendaal como o protagonista branco, em direção ao negociador, Vera Stark. Mesmo Vera tendo muito cuidado para não forçar novas perspectivas sobre o fazendeiro branco porque a raça ainda é um problema na vida das pessoas e na estrutura da sociedade, mesmo com os avanços depois do *apartheid*. A vencedora do Nobel de 1991, enfoca perfeitamente e sem cansar o leitor, as manobras políticas dos brancos para provar que os negros, ainda que detendo parte significativa do poder, não terão jamais possibilidade de se desenvolver.

O movimento de resistência em si não é livre de contradições. Há, por exemplo, sentimentos ambíguos entre retornados e os que ficaram. Os retornados são as pessoas que foram para o exílio, pelo simples fato de não estarem de acordo com as leis da segregação, e agora estavam de volta a vida, depois de anos isolados da sociedade. Há sentimentos de entusiasmo, boas vindas, emoção por parte dos que ficaram e uma enorme sensação de euforia, mudança e expectativa por parte dos repatriados, pessoas que estão de volta à sua pátria em busca de seus valores pessoais, reconstruindo a cidadania perdida no isolamento.

Os aviões lotados de exilados, que chegavam algumas vezes por semana, eram esperados por multidões que cantavam e dançavam: ao atravessar as portas

automáticas que encerravam atrás de si a velha saudade de casa (...) a procissão em trânsito para a reintegração de posse, entre abraços e saltos, a vida recuperada, ali do lado de fora do terminal aéreo, era um carnaval que não se acreditava poder um dia celebrar. Lar: palavra suave; um espetáculo, um teatro, uma exibição pirotécnica de emoção por aqueles que voltam de guerras, banimentos, exílio, que esqueceram o que é o lar ou que sofreram por não terem podido esquecer. (GORDIMER, 1994, p. 48 e 49)

Nesta parte a autora enfatiza a emoção vivida pelas pessoas que voltavam para casa, entre elas as que voltavam do exílio, pessoas que sofreram muito afastadas, expulsas da sociedade, algumas que talvez nem lembrassem como seriam viver em um lar, ter uma rotina normal, outras que talvez tenham sofrido mais ainda por não habituarem aquele estilo de vida, ao sofrimento, por estar longe de casa e por viver em condições extremamente ruins. Pois no exílio os prisioneiros tinham que trabalhar nas pedreiras, debaixo de um sol escaldante ou de muita chuva e frio, sem que estivessem vestidos adequadamente e dormiam em esteiras de palha fina sobre o chão de pedra. Através de greves e muitos protestos os prisioneiros conseguiram, em 1971, que lhes fossem dadas melhores condições de vida e tiveram permissão até para estudar.

A narrativa constantemente sugere que as contradições do passado não desapareceram: “o passado ainda estava lá”. (GORDIMER, 1994, p.43)

Os velhos acontecimentos e circunstâncias existem; ali paradas na rua, as velhas dependências, as velhas amizades, as velhas rivalidades sectárias, as velhas traições e lealdades, os escândalos políticos e a ciúmeira sexual não sumiram de vez, ao contrário, perduraram no testemunho de traços reconhecíveis, indelévels, estruturas celulares visíveis, vivas ainda. (GORDIMER, 1994, p.43).

O novo contexto da África do Sul a partir de 1994 com o fim do *apartheid*, implica em redefinições, novos conceitos, e transformações da própria sociedade. Essa transformação envolve não só a justiça, jogo limpo e responsabilidades, mas também armadilhas, perigos e ciúmes. É dentro desse contexto de uma sociedade de transição ainda presa às velhas atitudes e desigualdades duradouras que *Ninguém para me Acompanhar* examina os significados, as ambiguidades e contradições em torno do novo contexto de liberdade e autonomia na África do Sul.

Contra o que resta do passado, e que deverá ser carregado para sempre, o romance também examina as possibilidades de transformação, tanto na ordem social e nas relações pessoais porque o lado pessoal está sempre ligado ao lado político no contexto Sul-Africano. Embora não envolvidos diretamente com a política, os efeitos desta política agem diretamente

em suas vidas. Tais possibilidades são sugeridas nas várias conotações implícitas de libertação e liberdade. O romance faz uma alusão ao novo contexto de mudança e transição, o princípio mais fundamental de liberdade pode ser ofuscado pelo mais popular 'uma liberdade fácil de usar'(34). O que a narrativa sugere como "o princípio da vida em luta contra a morte" (34) forma a base de toda a exploração das relações humanas em *Ninguém para me Acompanhar*. Sua definição de liberdade reforça a afirmação de que; tudo o que é vida aumenta em relação ao que nega a possibilidade de vida. A definição de liberdade, desta forma permite que Gordimer amplie suas implicações para ressaltar não apenas a liberdade política, mas também diversas outras áreas das relações sociais e pessoais.

Como o país se debate com esta possibilidade de transformação, as relações humanas também são testadas no processo para que, em outro nível, o romance também trate da questão da liberdade em relação à forma como o próprio país sobrevive no processo de mudança política e social: Será que o passado retorna porque uma pessoa só pode se ver livre dele vagarosamente, ou será a liberdade, no fundo, o lento processo da perda? (72)

Durante o *apartheid*, a ideologia da libertação era inteiramente masculina, porém, na obra em análise Gordimer explora a possibilidade do lar e da nacionalidade através da apresentação de mulheres voltando para casa do exílio para criar uma nação. A personagem Sibongile, que está voltando do exílio juntamente com seu esposo Dydimus, é um exemplo, a personagem mantém seu orgulho para encarar as mudanças, e retomar a vida depois de anos perdidos no exílio. Mais tarde foi eleita como membro da Executiva Nacional do movimento pós-*apartheid*. Vera Stark é outra personagem feminina que também luta por direitos agrários para os negros, e que era membro do comitê técnico responsável por esboçar uma nova constituição para o país. Gordimer retrata a relação homens e mulheres da mesma forma que retrata a transição do país, as diferenças entre sexo e cores em busca de igualdade.

Vera e Sibongile estão profundamente comprometidas com o processo de libertação nacional através do qual elas aprendem a se fortalecer, também estão envolvidas no processo político de construção da nova África do Sul e seus esposos estão um tanto deslocados deste processo, há um motivo em comum e uma comunicação entre mulheres brancas e negras. Ambas estão em busca da igualdade de direito para todos independentes de cor ou raça. Isso nunca foi fácil antes na África do Sul e da mesma forma excepcional na ficção de Gordimer.

Embora os Stark, do conforto de sua posição, gostassem de violar as leis da segregação para ir à noite até Chiawelo ouvir discos de jazz (...) beber e quem sabe dançar, tropeçando na mobília de Sally (...) Os Maqoma, ambos ativos politicamente, tinham toda confiança, mesmo na época de que estariam entre os que

destruiriam os privilégios brancos, mais cedo ou mais tarde. (GORDIMER, 1994, p. 44 e 45)

Apesar de Vera ser branca, ela tinha um bom relacionamento com os negros. Os Maqoma, amigos de Vera que estavam voltando do exílio, participavam da política de luta contra o privilégio dos brancos. Vera apoiava os amigos nessa luta e os Maqoma não tinham nenhum constrangimento com Vera, usavam das vantagens que o casal branco gozava, bem como os Stark que gostavam de violar as leis segregacionistas para frequentar os locais onde os negros moravam e fazerem junto o que eles gostavam de fazer; ouvir jazz, beber, dançar, etc.

A autora costuma escrever de acordo com a realidade da época mostrando as dificuldades enfrentadas pela população negra durante o período do *apartheid* e mesmo após o fim do regime, pois embora as leis tenham sido abolidas, a realidade não foi muito diferente, a obra enfatiza o quanto a opressão e o desrespeito com a população negra continuou e ainda continua a existir. Porém, com todo esse descaso ainda existiam poucas pessoas brancas que de alguma forma lutava pelos direitos da população negra. Na obra a personagem Vera representa essa minoria branca que ainda respeitava os direitos humanos de igualdade.

Gordimer mostra a evolução do período através da força feminina, o quanto a mulher até um tempo atrás considerada um ser submisso evoluiu durante essa época buscando seus direitos e lutando em busca de igualdade social não só de raças como de gênero.

A representação de Sibongile no processo de crescimento de sua vida política faz um contraste estrutural aos de Aila e sua filha, Baby, em *A história de meu filho*, obra da autora em estudo, onde a identidade política das mulheres "de cor" é uma declaração dada sem fornecer qualquer processo de sua individualização. Sibongile, por outro lado, está representada em um processo gradual de descoberta para o leitor que reconhece as ansiedades, preocupações e perigos que delineiam a sua vida política. Como todo processo de evolução tem seus riscos, Sibongile mesmo depois de todo sofrimento no exílio, continua arriscando-se em busca de melhorias para os negros, e mais tarde envolvida politicamente tem seu nome em uma lista negra.

Quando a política recorre aos métodos do banditismo, adota também o vocabulário que vai junto com eles. A gíria das séries policiais, na televisão, passa a ser a linguagem com que expressar os planos de assassinar líderes políticos e integrantes de seus círculos. Há uma lista negra, há matadores. Como se fosse um filme – entretanto esses valentões não são atores encapuzados numa balaclava, são indivíduos convencidos por outros de que tem uma missão a cumprir: salvar essa ou aquela ideologia política, formação racial ou nacional, crença religiosa. Somente depois de consumado o assassinato de um líder é que a lista negra é divulgada àqueles cujos nomes figuram nela. (GORDIMER, 1994, p.240).

A romancista esclarece a violência utilizada pelos brancos que estavam no poder sobre os líderes políticos que eram contra os ideais políticos dos mesmos. Nesta passagem vemos uma comparação que a autora faz desses matadores com os integrantes da Ku Klux Klan, pelo fato de agirem encapuzados, matando e maltratando os negros ou até mesmo brancos que estivessem a favor dos negros. “Sibongile Maqoma está numa lista negra” (241), avisada por telefonemas e bilhetes, ela estava de certa forma sendo ameaçada de morte. A autora, no entanto, não deixa claro o que acontece a Sibongile.

O romance mostra uma visão geral de todas as diferentes mudanças sendo feitas nas relações de poder dentro do país e dentro da família, e nas vidas de todos os personagens, ilustrando o quanto eles evoluíram suas ansiedades, contradições e traições e que eles ainda têm de lidar como remanescentes de um sistema antigo e de lutas passadas.

Ninguém para me acompanhar cria novas posições sociais para as mulheres no contexto de mudança política da África do Sul. O romance é notavelmente diferente em sua representação de personagens femininas negras que são dadas a um papel mais central na política interna e um novo tipo de personalidade, que simboliza a reconciliação entre a casa e a política de exílio.

Este artigo analisou a obra de Nadine Gordimer no contexto da realidade da época, observando como a autora expõe em *Ninguém para me acompanhar* os conflitos vividos durante e após o duro regime do *apartheid*, atingindo a vida pessoal de muitas pessoas, analisando como as vítimas dessa discriminação tiveram que reconstruir suas vidas, “o futuro é desfazer o passado” (239). Em meio a tanto sofrimento vivido, o passado deixa marcas muitas vezes impossíveis de apagar, na verdade essas marcas tornam-se verdadeiras cicatrizes. Embora o regime tenha chegado ao fim, a mente pobre e opressora de muitos seres humanos não consegue por um fim a este regime em seus corações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora fictícia a obra *Ninguém para me Acompanhar* de Nadine Gordimer retrata a realidade de uma época não muito distante da nossa realidade, pois em 1994, quando a obra foi escrita estávamos no fim do regime *apartheid* e embora as leis tenham sido eliminadas, o preconceito de raças e a opressão do homem pelo homem é uma reação constante em nosso dia a dia, mesmo não existindo leis, faz parte da índole de alguns seres humanos que se acham supremos ao ponto de destratar o ser humano, criticando ou humilhando-o, julgando o ser humano de outra cor ou descendência, incapazes de agirem e reagirem da mesma forma que qualquer um da raça branca.

Sabemos que a cor da pele não pode definir o caráter de uma pessoa, a liberdade deve ser para todos independente de cor, raça, religião, status social. As diferenças são impostas pelo homem, que almeja sempre o mais alto posto social e financeiro nem que para isso oprima os que dificultem sua ascensão, aproveitando-se também dos menos favorecidos, que por vezes acabam aceitando a opressão em busca de sobrevivência, esquecendo-se de lutar por seus direitos, e vivendo na mesmice ao longo de anos e anos. A opressão existe e continuará existindo até o dia em que os oprimidos resolvam agir para buscarem o que lhes é de direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 8. Ed. Brasília: EDUnB, 1995. 2 vols.

CORNEVIN, Marianne. **Apartheid, poder e falsificação histórica**. Tradução de Maria Cristina Rocha. Lisboa: Edições 70, 1979.

Dicionário **Larousse** Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987

GÊNESIS. In: **A BÍBLIA SAGRADA**. Trad. Pe. Antonio Bezerra de Figueiredo. São Paulo. Edição Luxo. 2005

GORDIMER, Nadine. **O gesto Essencial. Literatura, Política e Lugares**. Organização e Introdução, Stephen Clingman; Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro. Rocco. 1992.

_____. **Ninguém para me acompanhar**. Tradução de Beth Vieira. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

_____. **My son's story**. London. Bloomsbury. Harmondsworth: Peguin, 1991.

ISRAEL, Mark. **South African political exile in the United Kingdom**. St. Martins's Press Inc: Nova York, 1999. (288p.)

KLINEBERG, Otto. **As diferenças raciais**. Tradução de Gioconda Mussolini. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1966

LOPES, Marta Maria. **Apartheid: a ideologia do apartheid, as perspectivas da África do Sul, as lideranças negras**. São Paulo. Atual Editora. 1990

MARX, Karl. In: **Crítica Social**. Brasil Adia. Rio de Janeiro. 2003

PEREIRA, F. José. **Apartheid: o horror branco na África do Sul**. 4. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1986 (Tudo é História, 102).

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é o racismo**. São Paulo. Abril Cultural: Brasiliense.1984 (Coleção Primeiros Passos: 08)

Filmes e Periódicos:

GRANDES LÍDERES DA HISTÓRIA. **Nelson Mandela**. Ed. Arte Antiga. Ano 02; Nº 15.

MISSISSIPI em Chamas. Direção: Alan Parker. Roteiro: Chris Gerolmo. Produção: Robert F. Colesberry e Frederick Zollo. Estados Unidos: Orion Pictures Corporation; Metro-Goldwyn-Mayer. 1988. 1DVD.